

01/07/2009

Michel Temer se compromete em colocar PEC 483 em votação em agosto



Michel Temer: “ É quase uma promessa de campanha colocar a PEC 483 em votação em agosto”.

A PEC 483 da transposição dos servidores públicos de Rondônia, será votada em agosto. A afirmação foi dada a pouco pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer em reunião com a Bancada de Rondônia e representantes de vários sindicatos do estado.

Se aprovado o benefício previsto na PEC os funcionários que serviam na época em que Rondônia foi transformada em estado (1981) passam a integrar os quadros da União. A Lei Complementar 41/81, que criou o estado, previu que a União seria responsável, durante dez anos (até 1991), pelas despesas com servidores civis e militares do ex-território. Essa regra, porém, não foi aplicada nos ex-territórios de Roraima e Amapá, transformados em estados em 1988 e incorporados pela União.

O relator da matéria na Câmara e coordenador da bancada de Rondônia, deputado Eduardo Valverde (PT), disse que a união dos parlamentares de Rondônia e a pressão dos sindicatos foi fundamental nessa conquista, mas que ainda há um caminho pela frente a ser vencido. Isto porque, ressaltou o parlamentar, como a matéria só beneficia o estado de Rondônia, desconhecido das grandes bancadas

como Rio e São Paulo, será necessário agora o convencimento dos demais parlamentares da importância dessa matéria para o estado.

“Temos que articular com demais parlamentares para garantir que votem favorável. Para isso será necessário que os sindicatos estejam presentes em Brasília para fazerem um trabalho de convencimento, sem esse processo de mobilização, o mérito dessa matéria indo a plenário poderia ser derrotada por desconhecimento da causa”.observou.

Valverde lembrou ainda, das vantagens para o estado com a aprovação da matéria. Haverá uma desoneração da folha de pagamento, ficando o estado com mais recursos para investimentos em infraestrutura, saúde e educação.

A senadora Fátima Cleide (PT) também frisou a importância da mobilização, e disse que embora tardia, visto que a matéria tramita a quatro anos na Câmara, é importante. “É lógico que o compromisso de colocar na pauta em agosto já é um grande passo, apesar de atrasado. Agora temos que correr, pois ainda precisa ser votada em dois turnos na Câmara, já que essa matéria teve modificação, e depois ela retorna para o Senado Federal, então, não podemos perder mais tempo”, completou.

O Presidente da CUT/RO Itamar Ferreira, falou da importância da PEC para os servidores, que fazendo parte dos quadros do estado, acumulam perdas significativas. Ele disse que nos últimos seis anos, os servidores acumularam 20% de perdas inflacionárias em seus salários, e sem previsão de melhora. Ele ressaltou que este ano, o quadro teve “0% de reajuste”, e sem nenhuma expectativa de implantação de planos de carreira.

Itamar ressaltou que é preciso dá aos servidores de Rondônia o mesmo tratamento dado aos ex-territórios, Roraima e Amapá, que tiveram seus quadros incorporados a União. “A reivindicação pela transposição é de que Rondônia o tenha o mesmo tratamento que os ex-territórios. Isso significará melhoria dos serviços, plano de carreira, melhores salários, pois o governo do estado alega não ter recursos para atender as reivindicações dos servidores”, disse.

Estiveram presentes na audiência, os sindicatos da Polícia Civil(Sinsepol), dos Motoristas Oficiais (Sinporo); Sindicato do Detran(Sinsdet), da Saúde (Sindsaúde), dos Trabalhadores na Educação (Sintero); do Judiciário (Sinjur), da Assembléia (Sindler), dos Auditores Fiscais(Sindafisco) e do Fisco (Sindfisco).

Conheça a PEC 483_De autoria da senadora Fátima Cleide (PT/RO), a Proposta de Emenda à Constituição 483/05, do Senado Federal transpõe para o quadro em extinção da administração federal todos os servidores públicos, civis e militares, do estado de Rondônia, que foram admitidos por força de lei federal e custeados pela União até 31 de dezembro de 1991. Esses servidores deverão continuar prestando serviço ao estado de Rondônia na condição de cedidos. O objetivo da proposta é reconhecer a igualdade de tratamento entre os servidores, inclusive entre civis e militares, assim como entre os servidores de Amapá e Roraima, que já passaram a integrar o quadro de pessoal da União.

Em tramitação na Câmara dos Deputados há 4 anos, a matéria já passou pela comissão de Constituição e Justiça, e no dia 09/07/2007 foi criada por ato da presidência uma Comissão Especial para tratar do assunto.

Por se tratar de uma Proposta de Emenda à Constituição, será necessário uma aprovação no Plenário de 3/5 de votos, e em dois turnos, quorum exigido para aprovação de PECs.